CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário
Setor de Taquigrafia

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 56ª (QUINQUAGÉSIMA SEXTA) SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 21 DE JUNHO DE 2022.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos de terça-feira, 21 de junho de 2022, às 15h02min.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Presidência.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – O Expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

- Ata da 55ª Sessão Ordinária.

Não havendo objeção do Plenário, esta Presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada.

São 15h10min, estando em plenário o Deputado Chico Vigilante, e não havendo *quorum* regulamentar para o início da sessão, a sessão será suspensa por até trinta minutos para que se complete o *quorum*. Caso o *quorum* não se complete em trinta minutos, encerrarei definitivamente esta sessão.

O Deputado Reginaldo Sardinha também acaba de chegar.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h11min, a sessão é reaberta às 15h20min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está reaberta a sessão.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (Minoria. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos e todas e aos que nos acompanham pela *TV Câmara Distrital*.

Em primeiro lugar, eu quero registrar com muita indignação o que aconteceu recentemente no Estado de Santa Catarina em que uma criança, criança, de 11 anos foi estuprada e engravidou. A juíza determinou que a criança ficasse um mês isolada no abrigo público e depois, no julgamento, tentou dissuadi-la de fazer o aborto legal a que ela tem direito.

Eu fico impressionada como uma mulher, juíza, pode fazer uma coisa dessa. Para essa senhora, é mais importante a vida do feto do que a vida da própria criança, porque todo mundo sabe que gravidez em uma criança de 11 anos coloca em risco essa criança. Então, ela tem direito ao aborto legal, e isso foi negado pela justiça brasileira, pelo Poder Judiciário.

Eu queria dizer que parece que essa juíza não tem filhas. Não é possível isso! Parece que ela acha que as filhas dela estão isentas de serem abusadas e violentadas como essa criança foi. Há um movimento hoje para que o CNJ – Conselho Nacional de Justiça investigue essa juíza, reveja essa decisão judicial e ofereça a essa criança o direito a um aborto legal, porque criança não é mãe, e estuprador não é pai.

Segundo, eu queria mencionar um movimento que está sendo realizado em todo o Brasil, basicamente em quinze estados brasileiros com cerca de cinquenta Parlamentares envolvidos. Esse movimento visa à proibição do reconhecimento facial neste País. Nesta Câmara Legislativa, contra o meu voto, já foi decidido um projeto similar pelo reconhecimento facial.

Esse movimento, que tem sido desenvolvido pelo *Codin*g Rights, já conta hoje com inúmeras entidades: MediaLab da UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro; Rede Lavitis*;* Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; e Centro de Estudos da Segurança e Cuidados à Cidadania. Todas essas instituições estão envolvidas nesse movimento. Eu queria chamar a atenção para essa questão importante, e obviamente nós vamos trabalhar para rever essa lei que foi aprovada aqui na Câmara Legislativa.

Quero dizer, mais uma vez, uma coisa que eu tenho falado quase todos os dias, e parece que, quando falamos, as pessoas não acreditam. O número de casos de Covid-19 em Brasília está em mais ou menos 78% do número de casos que nós tivemos no pico da pandemia no Distrito Federal, e as pessoas seguem sem máscaras e sem cuidados. A Mesa Diretora desta Casa não toma nenhuma providência para evitar os elevadores cheios de gente sem máscaras, além de pessoas nos corredores sem máscara e tossindo. Realmente, parece que nós normalizamos ou banalizamos a pandemia.

É evidente que as vacinas nos protegem, e nenhuma delas dá imunidade a ponto de você não se infectar. Não existe isso. Mas elas garantem que, caso você se infecte, tenha sintomas leves e, consequentemente, não precise de hospitalização nem de UTI – Unidade de Terapia Intensiva. Muitas vezes, a pessoa passa essa fase em casa mesmo. Evidentemente, sentindo os sintomas de uma forte gripe. Há pessoas que sentem quadros mais pesados. Mas, graças à vacina, as pessoas não estão morrendo. As pessoas que estão morrendo, mais de 95% delas, não se vacinaram, ou não completaram o esquema vacinal.

Agora, já está disponível a quarta dose para as pessoas que têm mais de 40 anos de idade. Então, convido todos e todas a fazerem a sua proteção, a fazerem a quarta dose, para se protegerem.

(Soa a campainha.)

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (Minoria. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Para terminar, Sr. Presidente, eu queria dizer que o estudo feito pela PROEDUC – Promotoria de Justiça de Defesa da Educação, do Ministério Público, constata que o número de incidentes de violência nas escolas chamadas militarizadas, ou escolas compartilhadas, de gestão compartilhada, aumentou. Não irei citar os dados aqui, porque não dá mais tempo de falar. Mas, neste ano de 2022, conforme o número de dias, de 15 de fevereiro a 12 de maio, nós tivemos mais do que o dobro de casos de violência nessas dezessete escolas militarizadas. Isso chama a atenção, e é muito importante que a gente preste atenção a um dado como esse.

Muito obrigada.

(Assume a Presidência o Deputado Reginaldo Sardinha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante Lula da Silva.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (Bloco Democracia e Resistência. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho acompanhado a escalada da violência verbal do então Presidente da República, Capitão Jair capiroto, contra as eleições no Brasil. Esse capitão capiroto sabe que vai perder as eleições. Agride as nações amigas, a exemplo, agora, da Colômbia, em que o Petro ganhou as eleições, e o capitão capiroto já está atacando.

Mas o mais grave de tudo é o capitão capiroto querer jogar as Forças Armadas do Brasil numa aventura! É só verificar o documento, a carta encaminhada pelo Ministro da Defesa ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, exigindo que as Forças Armadas participem do processo, não do processo de fiscalização, mas é para entrar nos computadores da Justiça Eleitoral. Eu estava pensando cá com os meus botões, Deputada Arlete Sampaio: se ele quer que as Forças Armadas participem disso, quem vai fiscalizar as Forças Armadas?

Como se não bastasse, o Ministro da Justiça, Sr. Anderson Torres, que já foi Secretário de Segurança do Distrito Federal, deveria estar preocupado com as fronteiras do Brasil, com o crime organizado nas fronteiras, com o tráfico de armas, com o tráfico de drogas, com o tráfico de ouro, com o tráfico de animais. Aí se aventura também a mandar uma carta intimidatória ao Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, dizendo que a Polícia Federal vai desenvolver métodos próprios.

Eu pergunto ao Deputado Agaciel Maia, que é do PL – Partido Liberal, que métodos são esses? Que diabo é isso? Que métodos são esses que eles querem usar? Não seria melhor estar equipando a Polícia Federal e a colocando para combater o tráfico de drogas, para combater o tráfico internacional de ouro? Os ataques que são feitos na Amazônia, a morte agora do Bruno e do Dom?

Enfim, acho que essa gente ficou maluca completamente. A situação, como dizia o meu velho avô, Sr. Manoel João, está tão grave que está de vaca não conhecer bezerro. É a situação que este País atravessa.

Ainda bem que, a partir do mês de agosto, vamos ter, na Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, um ministro à altura do que o Brasil está precisando, que é o Ministro Alexandre de Moraes, para botar ordem nesta bagaça, fazer com que as eleições aconteçam normalmente. Que o capitão capiroto se prepare para sair do Palácio do Planalto no dia 1º de janeiro de 2023. Ele já disse que não vai entregar a faixa presidencial, e o Presidente Lula não precisa que esse capitão capiroto entregue a faixa para ele. A faixa vai estar à disposição de quem efetivamente ganhar as eleições, que, certamente, será o Presidente Lula.

Agora, está na hora de o capitão capiroto se recolher à insignificância dele e parar de atacar a democracia no Brasil. Ele deveria estar preocupado com as 33 milhões de pessoas que estão passando fome, com o preço dos combustíveis, com as intervenções indevidas que ele faz a cada momento na Petrobras. Era com isso que ele deveria estar preocupado e não ficar, a todo instante, querendo efetivamente jogar este País em um golpe aventureiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Bloco DF Acima de Tudo. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, quero saudar os atletas da Polícia Militar do Distrito Federal que estão aqui. Peço uma salva de palmas para eles. (Palmas.)

Com certeza, eles estão aguardando, Deputado Agaciel Maia, que a gente vote hoje, talvez, o projeto de crédito para que eles possam competir, representando o Brasil nas Olimpíadas Mundiais Militares – aliás, não são só militares, são atletas das polícias, das forças de segurança que estão aqui. Um deles, inclusive, joga comigo no time *master* do Brasília Vôlei. Está aqui o Silvão, grande central. Obrigado por você ter vindo, e que Deus o abençoe.

Anuncio que colocamos nesse projeto de crédito 200 mil reais para o custeio, para pagamento das diárias dos atletas que vão disputar esse mundial, representando Brasília e o Brasil.

Com isso, faço a primeira parte da minha fala. O Distrito Federal tem investido muito, Deputado Chico Vigilante, no esporte em Brasília. Ele tem se tornado uma grande referência do esporte. Essa semana, nós tivemos encerrada a Liga Mundial de Vôlei, que aconteceu tanto no masculino quanto no feminino, aqui, em Brasília. Para o ano que vem, anuncio que a Confederação Brasileira de Vôlei vai inscrever Brasília como uma das cidades para concorrer às finais da VNL – Liga das Nações de Voleibol, que acontece todo ano no mês de agosto. Neste ano, nós tivemos uma etapa da VNL, que é a liga mundial, e, para o ano de 2023, Brasília vai estar inscrita para concorrer, para receber as finais da Liga Mundial de Voleibol, ou seja, fazendo com que Brasília também se torne a capital do vôlei.

Quero também aqui falar hoje de um assunto que, na realidade, dói, Deputado Agaciel Maia, Deputado Valdelino Barcelos, no coração de todos nós, que é a questão da saúde do Distrito Federal. Falo todos nós, desde o governador até nós, que estamos aqui exercendo mandato de Deputado Distrital. Todos os dias, nós vemos na TV, Deputado Chico Vigilante, a saga que aqueles que não têm plano de saúde têm que fazer para receber um atendimento no SUS – Sistema Único de Saúde.

Aqui quero fazer um elogio. Quando a pessoa consegue ser atendida, ela é muito bem atendida. Os servidores da Secretaria de Saúde são muito bem qualificados. Nós temos os melhores médicos do País, os melhores enfermeiros do País, as melhores equipes do País, mas o grande problema é a grande demanda, conseguir ser atendido.

Já falei neste plenário e queria hoje reforçar o assunto. Ontem encaminhei ao Governador Ibaneis Rocha e à nova Secretária de Saúde uma proposta, Deputado Chico Vigilante, para que o Governo do Distrito Federal abra as portas das UBS – Unidades Básicas de Saúde para que funcionem 24 horas para atender à população do Distrito Federal.

Por quê? Deputado Reginaldo Sardinha, nosso Presidente, se nós formos às portas dos hospitais e entrevistarmos dez pessoas, oito dessas dez pessoas poderiam, Deputado Agaciel Maia, ser atendidas numa UBS. Elas não precisariam estar nas UPAs – Unidades de Pronto Atendimento nem nos hospitais.

Vamos para os números. Nós temos hoje no Distrito Federal, salvo engano, treze hospitais e treze UPAs. Somando, são 26 unidades. A partir das 18h, a população do Distrito Federal fica somente com 26 pontos de atendimento da saúde. Das 8h às 18h, existem, no Distrito Federal – isso é informação que o Deputado Fábio Felix corrigiu na época –, 172 unidades básicas de saúde. Ora, por que não abrir essas unidades por 24 horas, deixando-as à disposição da população para, se for preciso fazer um atendimento urgente, que ele possa ser feito numa UBS?

Aí entra uma segunda proposta. Claro que vai precisar contratar servidores, vai precisar fazer concurso para que as UBS funcionem por 24 horas aqui no Distrito Federal. Enquanto isso não acontece, poderia ser criado...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO DELMASSO (Bloco DF acima de Tudo. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Para concluir, Sr. Presidente.

Como foi feito com a Polícia Civil, poderia ser criado um serviço voluntário da saúde, para que aqueles servidores que se dispusessem, que se voluntariassem a estar trabalhando nas UBS pudessem receber uma gratificação de caráter indenizatório – essa gratificação não seria incorporada ao salário, não seria considerada como pagamento de salário, ela seria considerada custeio, porque é de caráter indenizatório – e pudessem, assim, trabalhar numa UBS de forma voluntária.

Claro que eu não vou discutir valores aqui, isso é uma proposta. É uma proposta em que eu acredito que nós precisamos nos debruçar. Alguns podem até discordar. Alguns podem não concordar com o que eu falo, Deputado Chico Vigilante, mas eu acho um pouco absurdo haver uma UBS hoje que precisa de reformas, que pode atender à população a partir das 18h, com o serviço voluntário, remunerando bem o servidor, remunerando bem o médico, o enfermeiro, o técnico de enfermagem, os nutricionistas, toda a equipe da UBS para que possa estar à disposição da população após as 18h. Eu tenho certeza de que isso vai desafogar em muito o atendimento que nós temos na porta dos hospitais.

Então, eu queria deixar essa proposta aqui em voga. Hoje eu fiz esse encaminhamento. Eu quero agradecer ao portal *Metrópoles* por ter divulgado essa proposta. Eu a encaminhei ao Governador Ibaneis e espero que o Governo do Distrito Federal leve essa proposta, com uma discussão mais técnica para que possa sair do papel, para que Brasília possa ter esses 172 pontos a fim de atender a população após as 18h. A maioria da população só procura os hospitais depois que sai do trabalho, porque muitos não conseguem deixar o trabalho para serem atendidos na porta de um hospital.

O que nós não queremos é que a saúde do Distrito Federal continue sendo matéria de jornal, continue vinculada nas capas dos jornais como o pior atendimento da saúde pública do País. O nosso atendimento é bom, o que nós precisamos agora é ampliar esse atendimento com a UBS 24 horas para todo cidadão.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, pela Maioria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Maioria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a cultura política brasileira tem o grande defeito de nós, Deputado Cláudio Abrantes, sermos eleitos pela população e, às vezes, posicionarmo-nos contra ela, seja para agradar um governante, seja para agradar um candidato, seja por conveniência política.

Nós temos um problema sério em termos de administrações regionais. Normalmente, o administrador indicado pelo deputado, seja distrital ou federal, pelo senador ou pelo próprio governador, às vezes, boicota a execução de emendas de outros deputados achando que aquele deputado vai crescer na sua cidade e por isso vai prejudicar quem o indicou.

Eu quero falar isso porque nós temos – o Deputado Daniel Donizet conhece muito bem –, ali na Ponte Alta, o Núcleo Rural Casa Grande, o Monjolo e o Olhos D'água. Juntando os quatro setores, dá praticamente 30 mil habitantes. Na época, havia uma ponte que ligava o Recanto das Emas ao Monjolo, e, durante o inverno – a ponte era de madeira –, os estudantes não conseguiam passar para irem aos colégios no Recanto das Emas porque a ponte de madeira não comportava os ônibus e os ameaçava cair dentro de um riacho que há lá. Na época, eu coloquei uma emenda, e conseguimos fazer essa ponte em cimento armado.

Ao mesmo tempo, destinamos recursos – aí entrou inclusive a participação do Deputado Joe Valle – para que fosse feita a ligação entre a VC-331 e a VC-341, que ligam o Recanto das Emas ao Núcleo Rural Casa Grande, que seriam 6 quilômetros de asfalto complementando aquela ponte que nós tínhamos feito para resolver o problema da interrupção do transporte escolar. Mas aí entrou aquele aspecto de que o administrador do Recanto das Emas, à época, não iria concordar que emendas feitas por outros Deputados, que não o que o indicou, fizessem aquela obra.

A Ponte Alta Norte, hoje, já comporta, inclusive, ser uma RA – Região Administrativa, porque, numa hora, ela é do Recanto das Emas e, em outra, ela é do Gama; ou seja, nem o Gama nem o Recanto das Emas a atendem bem. Então, a Ponte Alta Norte, que envolve o Núcleo Rural Casa Grande, o Monjolo e o Olhos D'Água, está numa situação delicada, porque, quando precisam de alguma coisa, alegam que ali faz parte do Recanto das Emas. Quando vão ao Recanto das Emas, dizem: "Não, vocês são Gama".

O que nós precisamos é apresentar novamente a emenda. Estamos fazendo isso, Deputado João Cardoso, para poder atender não só aos moradores da região que liga o Recanto das Emas ao Monjolo, mas às crianças que vão para a escola. Os administradores têm que entender que os projetos que são apresentados pelos Parlamentares são para atender a população e não para atender a, b ou c. Quando nós Deputados Distritais somos eleitos, somos eleitos para legislar e para apresentar proposições que defendam a população. Não é para defender a nós mesmos, nem para defender individualmente as pessoas.

Então, essa cultura tem que ser mudada no Distrito Federal. É preciso fazer alguma alteração, em termos de Lei Orgânica do Distrito Federal, na qual se imponha, Deputado Reginaldo Sardinha, que, quando não se tratar de nada que venha e vá embora com rapidez, quando não se tratar de nenhum evento, quando for esse tipo de infraestrutura, que ela seja executada!

Quero também repetir que, inclusive, recebi algumas críticas.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Maioria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Só para concluir: inclusive, recebi muitas críticas, mas também recebi muitos elogios e fico sempre com a minha convicção de que precisamos aprovar a PELO – Proposta de Emenda à Lei Orgânica, Deputado Rafael Prudente, que estabelece que o comissionado, ao ser exonerado, seja ele do GDF – Governo do Distrito Federal, seja ele de gabinete de Deputado, seja ele de qualquer outra atividade, tenha direito a uma indenização, como qualquer outro trabalhador tem. Não existe um único trabalhador que não faça jus a um seguro-desemprego, que não receba o eSocial. Inclusive, é o único trabalhador, definido na própria Constituição – que diz que existem os servidores a, servidores efetivos; e b, servidores comissionados – que, quando é exonerado, não tem direito a nada.

Nós já fizemos estudos, e estatísticas afirmam que o orçamento comporta perfeitamente esta indenização de três meses de salário para o servidor comissionado que seja exonerado. Isso se impõe por uma razão simples: qualquer outro trabalhador tem um fundo de garantia, tem um seguro-desemprego, mas, para esses, quando são simplesmente exonerados, Deputado Leandro Grass, desaparece a remuneração deles. Mas e os compromissos que eles assumiram? As contas de água e de luz, que chegam no vencimento certinho? Pelo menos, devemos dar uma possibilidade de que esses trabalhadores tenham três meses para ajustar a vida deles e procurar outro emprego. Então, isso é correto!

Eu posso fazer isso, Deputado, porque sou servidor de carreira efetivo, mas faço por uma questão de justiça, Deputado Cláudio Abrantes: esses servidores precisam disso. Inclusive, para que a própria autoridade que o recrutou fique mais confortável. Ele está sabendo que é normal: o servidor comissionado está sujeito a essa rotatividade, mas, pelo menos, como ser humano, ele precisa desse respeito.

Quero também fazer um apelo ao nosso Presidente Deputado Rafael Prudente, que está presente: nós temos, Deputado e Deputado Chico Vigilante, um projeto com o qual eu acho que praticamente a unanimidade desta Casa concorda, que é o que propõe o reaproveitamento dos servidores que foram exonerados da CEB – Companhia Energética de Brasília. Tudo bem que é uma política de governo: acharam que tinham de privatizar. Existem governos que gostam de privatizar, outros gostam de estatizar. Tudo bem, é o poder discricionário deles que foi aprovado pela Casa, mas, pelo menos, é preciso respeitar os servidores. Já houve vários remanejamentos de servidores. Esses servidores se submeteram a um concurso e acharam que estavam com a vida estabilizada e, de uma hora para outra, ficaram sem a remuneração, Deputado Chico Vigilante.

Eu e o Deputado Rafael Prudente apresentamos uma proposição. O ideal seria sensibilizar. Eu sei que o Deputado Rafael Prudente tem muita força com o governador, porque é presidente do partido, é Presidente da Câmara. Só quem exerceu mais presidência do que S.Exa. foi Ulysses Guimarães no auge, quando ele era Presidente da Constituinte, Presidente da Câmara dos Deputados e Presidente do PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Até do condomínio onde ele morava, ele era presidente.

Esses servidores...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Maioria. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Para concluir, Presidente. Esses servidores, Deputado Rafael Pudente, a exemplo de outros colegas, foram redistribuídos. O GDF tem necessidade – são poucos servidores – de alocar pessoas que já são comprovadamente qualificadas, porque passaram em concurso e ainda têm experiência profissional. São duas coisas de que qualquer servidor precisa. Qualquer profissional, para ser remanejado, precisa de experiência e de conhecimento científico, conhecimento acadêmico, porque se submeteu a um concurso.

Eu sei que houve um erro, Deputado Chico Vigilante, houve algumas agressões em algumas reuniões do próprio governador ainda quando se falava nesse processo de privatização, quando alguns servidores trataram o nosso governador de maneira agressiva, criando esse ranço do governo em realocar essas cento e poucas pessoas.

Eu acho que o Governador do Distrito Federal, Ibaneis, que tem um coração grande, que é um governador que veio das regiões mais pobres do Brasil, um governador que sabe e esteve lá desde a pobreza até chegar ao Governo do Distrito Federal, que passou por tudo, sabe que é importante ter humanidade e ter respeito e que é questão de justiça mesmo realocar esses servidores da CEB que foram demitidos sem terem nenhuma condição de fazer uma opção.

Portanto, eu quero, mais uma vez, pedir ao Presidente Rafael Prudente; ao nosso Governador Ibaneis; ao nosso Líder, que não está aqui presente; ao Deputado Cláudio Abrantes, que eu sei que tem muita força com o Governador Ibaneis, que nos ajudem a fazer essa justiça, colocando esses servidores da CEB, redistribuindo-os dentro do governo.

Por último, para concluir, Sr. Presidente, apresentamos um projeto que é uma demanda dos conselheiros tutelares, Deputado Chico Vigilante, que são obrigados, quando denunciam algum marginal que cometeu crime com a família – portanto, crianças estão vulneráveis –, são convocados para serem testemunhas ou até mesmo comunicantes desses crimes. Mesmo fazendo um relatório detalhado, tendo escrito tudo que aconteceu, eles são obrigados a ir às audiências e ficam de frente com o marginal, que olha para eles e diz: "Olha, vou te pegar. Estou te conhecendo. Se você depuser contra mim ou confirmar o que você escreveu, quando eu cruzar com você, vou te pegar."

Então, por questão de segurança dos conselheiros tutelares, Sras. e Srs. Deputados, apresentamos um projeto dizendo que o conselheiro tutelar não tem obrigação de testemunhar nem de ser comunicante, já que ele faz um relatório analítico e detalhado sobre cada uma das ações que eles fazem para evitar exatamente essa exposição dele, que mora na comunidade. Ele é que está ali no dia a dia, no convívio com esses adolescentes. Que eles não fiquem expostos a determinados marginais que agridem a criança, agridem a mulher covardemente e, ainda assim, ficam ameaçando os conselheiros tutelares.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, é que eu peço prioridade para que possamos votar o Projeto de Lei nº 2.800/2022, que trata de resguardar a identidade dos conselheiros tutelares; o Projeto de Lei nº 2.803/2022, que trata do aproveitamento dos empregados da CEB; o Projeto de Lei nº 2.722/2022, que faz várias alterações na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2022; bem como a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 42/2022, que cria indenização de três meses aos servidores comissionados quando são exonerados.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Eu gostaria de parabenizar o Centro de Ensino Fundamental 115, do Recanto das Emas, na pessoa da Diretora Jussara, que trouxe para cá 67 alunos por meio de um programa da ELEGIS – Escola do Legislativo, que é o Conhecendo o Parlamento.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO REGINALDO SARDINHA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (MDB. Sem revisão do orador.) – Primeiro, boa tarde a todos que se encontram aqui no plenário. Eu só gostaria de fazer um rápido comunicado aqui, Presidente.

Eu fui abordado pelos gestores e nutricionistas da Secretaria da Educação. Já tenho aqui em mãos a emenda modificativa. Quero parabenizar o Deputado Agaciel Maia, que já fez a alteração na LDO. Eu não sabia que era um projeto que estava dentro da LDO e falei que a gente poderia, inclusive, votá-lo hoje. Mas não podemos votar a LDO hoje porque, regimentalmente, ela deve ser o último projeto a ser votado antes do recesso legislativo. E o último dia do recesso legislativo será na semana que vem.

Então, vocês têm o nosso compromisso aqui. Como o Deputado Agaciel Maia é o próprio Relator do Orçamento, do projeto de lei da LDO, e apresentou uma emenda modificativa, temos o compromisso de fazer a aprovação da emenda e da LDO.

Parabenizo vocês pela luta também.

(Assume a Presidência o Deputado Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Assumo a Presidência.

Encerro os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Quero fazer o meu compromisso aqui com os gestores em políticas públicas e os nutricionistas da Secretaria de Educação de que votaremos o projeto quando ele estiver na pauta.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (PV. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todas e a todos.

Eu gostaria de saudar os nossos profissionais de educação, os gestores em políticas públicas e os nutricionistas. De fato, tudo aquilo que vem para fortalecer a educação pública conta com o nosso apoio, da nossa bancada e, creio, com o apoio de todos os Deputados e Deputadas neste plenário.

Presidente, hoje eu gostaria de falar sobre algo muito importante para as políticas públicas, algo muito importante para a democracia, para governos, para parlamentos e até mesmo para o Poder Judiciário.

Quero falar de uma dimensão da relação entre o Estado e a sociedade, que, infelizmente, tem sido muito desprezada no Brasil de hoje, no Brasil de 2022 e também no Distrito Federal, no ataque aos conselhos, no ataque aos fóruns, no ataque a todas as instâncias daquilo que chamamos de participação social. É sobre isso que quero falar.

A participação social não é tão somente um ideal, um valor. Ela é a base de qualquer democracia. Os poderes que não respeitam a voz, o desejo, os sentimentos e as expectativas do seu povo não têm legitimidade. Os representantes que não escutam o povo não têm legitimidade. A legitimidade de mandatos não é conferida tão somente pelo voto, somente no processo eleitoral, que, sim, é a base da democracia representativa, a raiz da democracia representativa. A partir do momento em que o voto é dado, e as eleições são feitas, há necessidade de a democracia participativa também ser fortalecida por aqueles que foram eleitos.

E o que vimos no Governo Federal e no Distrito Federal, nesses últimos três anos e meio, foi um desmonte da participação social, foi um pleno ataque a todas as instâncias que, durante muitos e muitos anos, lutamos para conquistar. De forma especial, aos conselhos de políticas públicas. Aqui no DF, por exemplo, o Conselho de Transparência foi diretamente atacado. No âmbito federal, o Conselho de Segurança Alimentar foi profundamente atacado. E todos os demais conselhos também foram atacados. Quando não os atacaram e os desmontaram, fizeram um ato de ocupação, de loteamento político e de tomada desses conselhos, para fins que não são populares.

Dentre todas as políticas públicas que demandam participação, hoje quero destacar uma em especial, que é a política de segurança pública. Pouco se fala da importância da participação nessa política. No Distrito Federal e em outros lugares do Brasil, vimos o amadurecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança, os CONSEGs. Hoje, praticamente todas as regiões administrativas têm seus conselhos não por iniciativa do governo, mas por iniciativa da própria comunidade, que se organiza para discutir os seus problemas e reivindicar a presença das forças de segurança e de outros órgãos de governo, para acolher as demandas.

Essa participação tem que ser com o cidadão, mas também precisa ser com os servidores que executam a política. Na educação, por exemplo, a gente tem visto um verdadeiro trator em cima dos profissionais de educação, com portarias, medidas e resoluções que não interagem, não escutam aqueles que estão na ponta – os professores e os profissionais das escolas. Na saúde, é a mesma coisa. Agora, na segurança, esse trator é ainda pior, é ainda mais violento.

Pouco se fala, no Brasil e aqui no Distrito Federal, sobre a importância de se ouvir a base das corporações de segurança pública na hora de tomar a decisão na segurança pública. A governança da segurança pública continua extremamente verticalizada, centralizada sob a justificativa da hierarquia, como se os comandantes do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar e o Diretor-Geral da Polícia Civil representassem plenamente o interesse da base dessas corporações, o que não é verdade.

Quais são, hoje, os canais para que os policiais militares, por exemplo, possam discutir não só com o comando, mas com a própria Secretaria de Segurança Pública, a governança da atuação da Polícia Militar? Quais são os canais que os bombeiros militares do DF têm para dialogar com o comando e com a Secretaria de Segurança sobre o papel do Corpo de Bombeiros? A mesma coisa em relação à Polícia Civil, na figura dos agentes e dos próprios delegados. Quais são os canais que existem? Não existem! Não existem esses canais! Os espaços de direção são extremamente restritos.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Para concluir, Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (PV. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Os espaços de direção são muito restritos e centralizam, concentram as decisões sem diálogo com aqueles que estão no chão da sociedade, aqueles que estão nas ruas, prevenindo e combatendo o crime, aqueles que estão dentro da inteligência, aqueles que estão desenvolvendo a política de segurança. Esses não são ouvidos.

Venho a este plenário hoje defender não só para as demais áreas, que já têm certa tradição de participação social, como a assistência, a saúde, a educação e a área ambiental, mas para a segurança pública, também, mecanismos de participação do cidadão e mecanismos de participação dos servidores, dos membros das corporações, para que a política de segurança pública não seja tão discricionária, tão gerencialista e concentrada na vontade do comando ou do próprio governador ou do Secretário de Segurança Pública. Que ela seja resultado de uma construção coletiva com os servidores da segurança pública, tão importantes nos dias de hoje, não só para combater, mas para prevenir a criminalidade e participar de outras ações sociais, como as do Corpo de Bombeiros, que dão suporte à sociedade no caso do Banco de Leite e na capacitação de pessoas.

Essa é a nossa visão, a visão do nosso campo sobre o papel da segurança pública. A segurança pública não pode ser dominada por uma lógica meramente hierárquica, centralizadora, que impõe aos bombeiros e aos policiais civis aquilo que vem da cabeça do governador ou dos comandantes.

Portanto, participação social, sim, em todas as políticas públicas e também, de forma especial, na segurança pública!

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. Boa tarde a todos que estão nos acompanhando por meio da *TV Web.* Boa tarde a todos os presentes na galeria. Sejam bem-vindos à Câmara Legislativa, a Casa de todos nós!

Sr. Presidente, primeiro, eu queria fazer um comunicado importante. Agora, no dia 26, domingo, haverá um concurso da Secretaria de Saúde para os cargos de enfermeiro, médico e odontólogo. Chegaram ao nosso gabinete várias denúncias de que os empresários e as chefias dos hospitais privados não querem liberar esses trabalhadores para fazerem a prova no domingo. Peço aqui que reavaliem essa decisão, que façam uma força-tarefa, que seja uma contratação para suprir a demanda e que deixem esses trabalhadores fazerem o concurso. É um direito deles. Não tem sentido os empresários e as chefias não autorizarem esses colegas a fazerem o concurso no dia 26, o tão sonhado concurso.

Sr. Presidente, pouquíssimas vezes subi a esta tribuna para falar de administrações ou para falar de comportamentos de administradores, mas hoje, bastante decepcionado, venho aqui falar sobre a Administração Regional de São Sebastião.

Fui convidado pela ASPAF – Associação de Produtores da Agricultura Familiar para comparecer, entender e conhecer um projeto de uma instituição sem fins lucrativos que estava dando um curso para agricultores em tratores. Cursos que, inclusive, custam em torno de 1 mil e 500 reais por aluno. Eles estavam dando esse curso inteiramente grátis para os moradores daquela região que quisessem fazê-lo.

Pois bem. Quando cheguei à administração, por volta das 18h, a primeira coisa que aconteceu foi que não me deixaram entrar com o veículo. Até aí, tudo bem, porque posso colocar o

carro do lado de fora. Não há problema nenhum. Mas achei estranho não deixarem um veículo com um Deputado entrar em um órgão público.

Quando cheguei, conversei com o instrutor e ele começou a falar sobre a dinâmica do curso. Disse que uma parte seria *on-line e* outra, presencial, e que, no domingo, haveria uma prova prática nos tratores. Disse também que estava, inclusive, com dificuldades nessa prova do trator, porque a administração, que ajudaria a conseguir os tratores, de uma hora para outra, falou que não ia mais ajudar, que não tinha mais condições de arrumar os tratores. Isso aconteceu na quarta-feira, e quinta-feira foi feriado.

Falei: "Poxa, mas como é que você vai fazer?" Ele disse: "Não, Deputado. Nesse caso, vamos ter que contratar tratores e, digamos assim, vamos ter que cobrar do aluno essa hora trabalhada." Eu falei: "Espere aí, cara, que vou telefonar para umas pessoas que têm ligações".

Liguei para o Secretário Cândido, o Secretário de Agricultura. Muito gentilmente e muito prestativo, ele já começou a trabalhar – isso à noite, em uma quarta-feira, véspera de feriado –, mobilizou a sua equipe e nos ajudou, concedendo esses tratores para, no domingo, essas pessoas, esses agricultores de São Sebastião fazerem a prova.

Quando voltei, a fim de anunciar isso para o instrutor e para a associação, tive um baque. O Administrador de São Sebastião chegou para o instrutor do curso e disse: "Olhe, como você tem político na área, como você tem o Deputado, vamos acabar com o curso. Não haverá mais curso aqui." O rapaz ficou desesperado, porque se trata de uma instituição séria, que já deu curso em todo o Brasil e ajudou a população da área rural. Ele ficou constrangido, porque foi ameaçado pelo Administrador de São Sebastião, que disse que iria acabar com o curso porque um Deputado estava lá, Deputado Agaciel Maia.

Achei aquilo o maior dos absurdos e agora entendo por que São Sebastião não avança: porque a administração não quer que avance. E não são os trabalhadores e servidores da administração, são os administradores que passaram por ali.

É uma vergonha uma cidade que tem uma área rural tão grande não incentivar e não ajudar os agricultores por questões políticas. E eu não tenho nada a ver com isso.

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Para concluir, Deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Não, a história ainda continua. E eu quero contar toda essa história, porque eu quero abrir o olho do governador, porque o governador está perdendo seu prestígio em São Sebastião por conta do Administrador de São Sebastião.

Aí, depois de tudo, falei para o rapaz: "Olha, fique tranquilo, meu amigo, eu não vou ficar aqui não. Eu vim conhecer o projeto. Não vou atrapalhar. Vou embora." E fui embora. E aí, o administrador ainda disse, ironicamente, que com ele projetos como aquele, decisões como aquela, ele já teria tomado, tomaria e não tinha problema nenhum em tomar decisões como aquela. Ou seja, acabar com o curso. Mas nós conseguimos...

Aqui eu faço um agradecimento especial ao Secretário Cândido, que encaminhou as máquinas para esses alunos fazerem a prova prática e terem seu certificado. Inclusive, houve gente que saiu de lá, Deputado Leandro Grass, empregado, porque faltava apenas o certificado para que ele pudesse trabalhar com as máquinas, com os tratores, e recebeu. Um monte de gente feliz.

Saiu uma matéria na *Band*, hoje, falando desse projeto. Tem nada a ver com política. Eu não tenho nada a ver com isso. Mas eu fui, porque eu fui convidado, porque eu estou ajudando aquela área. Já levei água para a Aguilhada de São Sebastião. Já levei recursos para escola de São Sebastião, na área rural. Eu estou ajudando essa turma que precisa de ajuda. Mas o administrador não ajuda a área rural. E aí é difícil.

Enfim, fiquei muito chateado por tudo que aconteceu. Não por impedir que eu entrasse, mas por ter essa vaidade política.

Peço aqui providências do governo com relação ao comportamento desse Administrador de São Sebastião.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Passo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já que eu não posso apartear, durante os Comunicados de Parlamentares, no caso do Deputado Jorge Vianna.

O primeiro asfalto do Morro da Cruz, quando todo mundo o considerava uma invasão, foi colocado por uma emenda minha, na NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. E, depois, aquele bairro está consolidado. O próprio governador já prometeu a regularização.

Agora, há uma emenda de 3 milhões no orçamento específica para terminar a avenida principal do Morro da Cruz e o asfalto. E muita gente está dizendo que não vai ser feito, porque não vai deixar o Deputado Agaciel Maia fazer mais obra lá, esse tipo de coisa que o Deputado Jorge Vianna acabou de relatar.

O governador não pode aceitar isso, não é? Afinal de contas, é o que eu acabei de falar ainda há pouco na tribuna, a população elege a gente para criar qualidade de vida para a população, não é para poder fazer moeda de troca política com ninguém.

Eu contei até uma história sobre um anel viário de Mossoró, que tinha quarenta anos que as pessoas se elegiam lá prometendo esse anel viário, e o meu irmão, Deputado João Maia, conseguiu uma emenda e fez esse anel viário, mas depois houve muita reclamação. Disseram: "Mas como é que você fez isso, Deputado? Agora qual é o discurso que nós vamos ter para nos eleger? Porque agora a obra já foi feita e a gente perdeu esse discurso."

Então, que o Morro da Cruz de São Sebastião, cuja homologação está prestes a ser feita nesta semana pela Novacap – porque existem os recursos, mas nós já estamos quase no mês de julho –, não seja um exemplo desses de alguém que usa as demandas do Morro da Cruz como promessa para ficar vendendo para a população: "Não, isso não vai conseguir. Quem vai conseguir sou eu." E está lá, governador. Está lá, Fernando Leite da Novacap.

Precisamos fazer, porque, inclusive, a exemplo do que falou o Deputado Jorge Vianna, o governador precisa fazer. Nós precisamos fazer algumas obras em São Sebastião, porque já são doze anos em que ninguém faz nada naquela região.

Era isso, Sr. Presidente.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, eu ainda deixei de falar que eu coloquei uma emenda no valor de 60 mil reais para reformar uma área, ali na administração, para o Conselho de Saúde de São Sebastião, mas, simplesmente, não fizeram.

A Administração Regional de São Sebastião, há dois anos, tinha 60 mil reais de uma emenda que eu destinei só para arrumar, melhorar, uma sala para o Conselho de Saúde de São Sebastião atuar. Não fizeram!

Então, parece que há uma rusga comigo lá em São Sebastião? Não gostam de mim? Tanto o ex-administrador como o administrador atual? Então, tudo bem, não precisam gostar de mim, mas executem, porque a população vai ser beneficiada. As pessoas de lá gostam muito de você, Deputado Agaciel Maia. Eu até lhe peço, com o prestígio que tem na cidade, que ajude, que mude a mentalidade desses tais administradores, para que eles possam ajudar a população, não é a mim que eles estão ajudando. Isso é um absurdo! Você perder uma emenda parlamentar, numa administração, porque o cara não gosta do Deputado. Tem lógica isso?

É por isso que, agora, eu defendo, juntamente com os demais Deputados, que temos que fazer eleição direta para administrador, para parar com essa politicagem

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já que o tema é São Sebastião, eu, em relação à administração passada, coloquei uma emenda, que foi utilizada para asfaltar a avenida São Bartolomeu, no valor, se não me engano, de 1 milhão e 300 mil reais – o Deputado Leandro Grass até participou –, que beneficiou também a escola.

E como é que eu fiz? Eu articulei com o administrador, disse a ele que eu não fazia questão de vídeos. Anuncia na cidade, porque a gente foca o povo, a gente foca a necessidade das pessoas. A gente sabe que há essas barreiras políticas. Então, o que a gente faz diante dessas barreiras políticas? Comunicação. Quer participar, participa, divulga à vontade, mas eu quero o projeto executado. Porque, se o projeto não é executado, quem perde é a população. Então, foi asfaltado quase um quilômetro e meio, depois destinei mais uma emenda para colocar a calçada.

O governador, recentemente, também, atendendo a um pedido nosso sobre a 467... Que é bem ali entre o Mangueiral, vai descendo e beneficiando aquela região toda. O governador também está alocando recursos lá.

Então, quando se esgota a comunicação política, aí é complicado. Mas, enquanto há possibilidade de dialogar, de visitar, de conversar, de envolver toda a comunidade, de integrar, não importa quem vai levar os louros; o importante, na ponta, é acontecer. Depois desse fato, muitos anunciaram que foram eles que colocaram lá, que eram o pai, mas eu não me importo. O que importa é que, ali, crianças da escola São Bartolomeu foram beneficiadas, moradores daquela região foram beneficiados. E onde a gente puder atuar para beneficiar a população, independente de cidade, de adotar uma cidade, de ser pai da cidade, a gente vai procurar contribuir.

Muito obrigado. Desculpa, Deputado Cláudio Abrantes.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Antes de passar a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes, solicito a todos os Deputados e Deputadas que estão em seus gabinetes que possam descer ao plenário para, logo após a fala do Deputado Cláudio Abrantes e a do Deputado Chico Vigilante, possamos começar a votação.

Deputado Agaciel Maia, indago de V.Exa. se nós podemos começar a votação, se houver *quorum*, com aquele projeto de crédito que coloca as emendas dos Deputados, porque eu acredito que algumas pessoas estão aqui aguardando, principalmente o pessoal da Polícia Militar, da Polícia Civil. Os atletas policiais, que fazem parte das forças de segurança, estão aqui ansiosos para participar e que se vote esse crédito o mais rápido possível.

E, logo após a votação desse crédito, votaríamos o projeto de lei referente à alteração da LDO, que vai contemplar os gestores em políticas públicas educacionais e os nutricionistas.

Então, antes de passar a palavra aos Deputados Cláudio Abrantes e Chico Vigilante, gostaria de questionar V.Exa. se podemos, havendo *quorum,* os Deputados vindo ao plenário, votar esses dois projetos, pode ser?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Sem revisão do orador.) – Deputado Delmasso, V.Exa. sabe que, além da admiração e da amizade que eu tenho por V.Exa., do respeito pelo profissional dedicado, competente, uma solicitação de V.Exa. para mim é uma ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Agaciel Maia. Por isso que, quando V.Exa. for candidato a deputado federal ou a senador, terá o meu trabalho a seu favor.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado. Primeiro, a minha saudação aos meus pares, à imprensa, aos assessores, à galeria aqui presente. Nosso total apoio ao PL nº 2.722. Vocês sabem do nosso apoio, podem contar conosco. (Palmas.) A faixa está invertida. Muito obrigado. Vocês podem contar com o nosso apoio.

Também a nossa solidariedade aos Deputados que não estão conseguindo executar a emenda. Infelizmente, não é, meu Líder Deputado Jorge Vianna? Há alguns gestores que

confundem, porque eles estão lá, na verdade, para servir o povo e não para servir quem os indicou para aquele cargo.

Então, é importante que a gente tenha isso. E um parlamentar, quando coloca a emenda, na maioria esmagadora das vezes, é com o intuito de beneficiar a população. Os exemplos que o senhor, que o Deputado Agaciel Maia e que o Deputado Martins Machado trouxeram realmente demonstram isso.

Sr. Presidente, eu tenho alguns assuntos para falar hoje à tarde, por isso inclusive a minha paciência, e eu sei que V.Exa. também vai ser paciente comigo, mas vou tentar me ater ao tempo que disponho nos Comunicados de Parlamentares.

Primeiro, mais uma vez aqui, quase como um mantra, já tem algumas semanas que eu tenho vindo ao plenário reclamar, pedir, articular, quase que reivindicar realmente, e cada dia as notícias vão ficando mais apertadas e difíceis quanto aos reajustes das forças da segurança pública do Distrito Federal.

Hoje, infelizmente, mais uma notícia vinda da Presidência da República de que não haverá reajustes para os servidores públicos. E, mais uma vez, quero colocar aqui – e eu já tenho colocado isso para o governador, e ele também está atento a isso – que os reajustes da segurança pública do Distrito Federal em nada têm a ver com o Orçamento da União. A União não pode penalizar os servidores da segurança pública sob a alegação de que não vai dar reajuste aos servidores de lá, e que por isso não vai repassar, que é o que está sendo comentado, o reajuste já programado, já equalizado dentro do Fundo Constitucional, visto que o Fundo Constitucional é um valor que a União passa independentemente de como está essa distribuição no Fundo Constitucional.

É lamentável, depois de tantas dificuldades, de a gente ter a melhor segurança pública do País, que a gente ainda tenha que conviver com este tipo de situação: um reajuste que foi equacionado entre as forças, com o Governo do Distrito Federal, mas, quando chega na União, sob esse argumento de que os servidores públicos federais não receberão reajustes, não vai ser repassado da União.

Então, eu quero aqui marcar a minha posição firme contra esse posicionamento da União, que a gente não pode aceitar em hipótese nenhuma! Tenho cobrado do GDF, tenho cobrado do governador. E a gente espera que haja o mínimo de sensibilidade da União no sentido de que esse reajuste possa chegar às forças de segurança. Da nossa parte, faremos todo o possível para que esse impedimento do reajuste, da recomposição... Não posso nem falar em reajuste; na verdade, é uma mera recomposição de perdas, e olhe lá... Então, a gente espera que isso chegue realmente à segurança pública do Distrito Federal.

Sr. Presidente, o meu segundo tema é sobre um serviço que acontece em todas as cidades-satélites, que é mais um problema que a gente tem a partir da Neoenergia.

Existem cerca de 250 a 260 empresas de provedores privados de fibra ótica aqui no Distrito Federal. Essas empresas geralmente chegam aonde os grandes provedores não chegam. Eu não vou citar o nome aqui para também não fazer propaganda dessas grandes empresas de teles, que têm fibra ótica, têm capacidade própria e fazem suas instalações, mas não chegam a todos os cantos do Distrito Federal. Quem chega realmente são esses provedores privados e, na maioria esmagadora das vezes, eles utilizam as redes, os postes da Neoenergia para poderem fazer essa transmissão, essa chegada até as casas do Distrito Federal. A gente estima que cerca de 60% a 70% das áreas descobertas do Distrito Federal sejam cobertas por esses provedores e não pelas grandes teles.

Pois bem, agora – tudo bem, a Neoenergia tem todo o direito, ela está fazendo todo o equacionamento do seu patrimônio –, a Neoenergia resolveu retirar as fiações, as transmissões desses provedores. Ela tem o direito, mas não sem o diálogo, não sem chamar os provedores, não sem conversar, não sem estipular, pactuar preços de utilização desses postes, dessas redes, do que quer que seja. Porque, primeiro, são empresas que geram milhares de empregos para o Distrito Federal. E, segundo, Sr. Presidente, como eu disse há pouco, são essas empresas que estão levando, sim, as tecnologias de alta velocidade de internet para mais da metade das casas da população do Distrito Federal.

Então, nós estamos conversando com a empresa, articulando, e queremos marcar aqui nossa posição também de apoio a esses provedores, efetivamente pequenas empresas que estão gerando

emprego e estão levando tecnologia para a maioria do Distrito Federal.

Para encerrar, Sr. Presidente, peço apenas mais um minuto.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PSD. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Eu não vou me prolongar muito, mas eu queria entrar num tema que já foi debatido aqui na Casa hoje, que é a questão da extensão do funcionamento das UBS por 24 horas. Essa é a intenção do governo. De minha parte, eu acho interessante. Podemos até ter algumas divergências, V.Exa. colocou muito bem aqui. Eu acho que essa prestação de serviço é salutar, obviamente mediante um estudo para se saber quais áreas precisam.

É muito interessante a criação de uma gratificação, caro Presidente, eu acho importante porque, obviamente, ninguém vai trabalhar de graça. Mas eu queria colocar aqui na Casa, no dia de hoje, que tão importante quanto seria a gente zerar, por exemplo, o cadastro de enfermeiros da Secretaria de Saúde, de contratação, caro Deputado Delmasso. Porque, na semana passada, depois de muito custo e infelizmente dada a redução, o contingenciamento de 500 milhões no Orçamento do Distrito Federal, a gente tinha uma expectativa de mais de 400 nomeações de enfermeiros, tivemos 150.

Há um sentimento de frustração? Há, obviamente, mas não de perda de esperança, porque como ato imediato, ato conjunto, nós conseguimos também a prorrogação do concurso, que vai até 2024 agora.

Mas uma das soluções que poderiam ser agregadas a esse princípio, esse método, esse desejo de abrir as UBS por 24 horas, seria zerar o cadastro de enfermeiros. Nós temos cerca ainda de 380 enfermeiros, aproximadamente, que poderiam ser chamados e que já poderiam compor, sem ter essa questão da gratificação, e ter a sua jornada implementada em uma UBS que vai funcionar 24 horas.

Então, eu quero aqui, mais uma vez... Eu sei do empenho do Governador Ibaneis, tenho a palavra dele, da continuidade das nomeações, mas nós aqui queremos marcar a nossa posição, o nosso pedido e a nossa luta para que esse cadastro de enfermeiros seja zerado, caro Deputado Reginaldo, porque são concursados, pessoas qualificadas, pessoas que lutaram, e há, sim, necessidade e conveniência.

Espero que, tão logo cesse esse contingenciamento dos 500 milhões, a gente possa continuar as nomeações e zerar esse cadastro, porque, volto a dizer, seria uma solução barata e contínua para a possibilidade de abertura das UBS por 24 horas.

Sr. Presidente, é isso o que eu tinha a dizer nesta tarde. Mais uma vez, meu apoio ao PL n° 2.722 e a todos esses pleitos da nossa comunidade que a gente espera votar na tarde de hoje.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu volto a esta tribuna. Estou vendo uma faixa aqui nas galerias que diz: "Os nutricionistas da alimentação escolar precisam ser valorizados. Diga sim para a melhoria da carreira".

Deputada Arlete Sampaio, eu visito escola toda semana. Se existe uma categoria que precisa ser valorizada é exatamente a das nutricionistas e a das merendeiras de escolas públicas do Distrito Federal. (Palmas.)

Muitas crianças que não têm sequer o que comer em casa, quando chegam à escola, têm acolhimento e alimentação de qualidade. Dá muito prazer ver tudo aquilo ali. Portanto, a valorização de vocês é fundamental. Que mais nutricionistas sejam contratadas para atender melhor ainda as nossas crianças.

Presidente Delmasso, sou Deputado de Oposição. Critico aqui permanentemente o Governador Ibaneis pelas besteiras que S.Exa. faz, mas hoje devo reconhecer que algo positivo foi feito: a nomeação de uma médica que tem trinta anos de SUS e vinte anos de Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Trata-se da Dra. Lucilene.

É uma pena que ela esteja sendo nomeada somente agora. Poderia ter sido nomeada no começo do governo. Certamente, a gente não estaria atravessando a situação tão dramática que vive a população do Distrito Federal com relação ao atendimento hospitalar. É um caos que está estabelecido! Ela está lutando, e lutando para valer, para alterar essa realidade.

Eu conversava, há pouco, com uma amiga e companheira nossa, Deputada Arlete Sampaio, que é a Madalena, do MOPOCEM – Movimento Popular por uma Ceilândia Melhor, lá da Ceilândia. Ela é uma professora aposentada, defensora do método Paulo Freire. Ela pegou dengue. Já vinha com outros problemas em razão de comorbidades. Foi atendida no Hospital da Ceilândia, continua sendo atendida lá. A Madalena me dizia do cuidado que estão tendo com ela naquele hospital.

Portanto, a gente precisa dar mais incentivo, mais recurso e mais autonomia à Dra. Lucilene, para que ela possa efetivamente desenvolver a função de Secretária de Saúde do Distrito Federal.

Conversava com ela agora há pouco por telefone e ela me falava de uma medida importante que está tomando. Ela abrirá, a partir de amanhã, quinze pontos para testagem e vacinação. Testar e vacinar as pessoas contra a Covid. Ela me dizia que não existe outro meio a não ser testar e vacinar.

Portanto, ela abrirá quinze pontos, Deputado Delmasso, que irão funcionar até as 22h. Transformará a UPA em ponto para testar e vacinar as pessoas e estenderá o atendimento até as 22h, porque é assim, efetivamente, que a gente vai combater esse surto de coronavírus que estamos vivendo aqui no Distrito Federal.

Espero que o Governador do Distrito Federal dê autonomia efetiva e recurso para a Dra. Lucilene, porque ele existe. É só liberar o recurso necessário para que ela possa fazer o que tem que ser feito na saúde pública do Distrito Federal. Quem vai agradecer é exatamente a população mais pobre, aquela que não tem plano de saúde, aquela que precisa efetivamente de atendimento. São essas pessoas que vão agradecer.

Há pesquisas que apontam que a questão mais dramática que existe no Distrito Federal – e nem precisaria de pesquisa – é exatamente a saúde.

Portanto, é preciso que todos nós estejamos unidos com o objetivo de melhorar para valer a saúde pública do Distrito Federal, a fim de tirar a nossa população do sufoco em que ela se encontra.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Solicito que as Sras. e os Srs. Deputados registrem a presença nos terminais para a recomposição do *quorum*.

(Procede-se à verificação do *quorum* por meio do painel eletrônico.)

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (PV. Sem revisão do orador.) – Presidente, obrigado. Eu queria comentar duas coisas, muito brevemente, direcionadas às nossas e aos nossos nutricionistas.

Em março, nosso mandato fez uma representação junto ao Tribunal de Contas alertando a todos para o *deficit* de nutricionistas na Secretaria de Educação. Essa representação foi reconhecida, e a secretaria, agora, tem que tomar providências para a recomposição dos quadros de nutricionistas.

Então, a alteração na LDO, claro, vai permitir essa dilatação das nomeações, mas é importante que vocês saibam que há uma decisão do Tribunal de Contas indicando que a secretaria adote as medidas necessárias para que vocês ocupem seus espaços também.

Outra coisa, Presidente, estavam falando aqui de São Sebastião. O Deputado Martins Machado muito bem se recordou de uma emenda extremamente importante que ele destinou para lá. No início do ano, nós destinamos 4,5 milhões de reais para a construção de uma UBS na comunidade São Francisco, em São Sebastião, onde há uma UBS, hoje, em uma casa alugada, que está caindo aos pedaços. Quem me disse, no final do ano, que essa emenda poderia ser colocada, porque havia um projeto para construir a UBS, foi a própria Secretaria de Saúde. Mais ou menos em abril, a Secretaria de Saúde me disse que não havia mais como executá-la por questões técnicas.

A comunidade, que possuía uma expectativa de receber uma unidade básica de saúde nova, ficou frustrada, porque a Secretaria de Saúde se diz incompetente para aplicar o recurso. Seja por questões políticas ou por questões técnicas, o fato é que muitos recursos que poderiam prestigiar e melhorar a vida da população não têm sido executados.

Para finalizar, eu quero fazer, aqui, um alerta ao Secretário de Economia. Eu queria que ele lembrasse que as emendas de educação, saúde, assistência, infraestrutura e orçamento da criança e do adolescente fazem parte do orçamento impositivo.

Portanto, que liberem os recursos que já estão encaminhados para lá, a fim de que cheguem às escolas, cheguem às unidades que estão esperando os investimentos.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Eu gostaria de pedir ao Deputado Agaciel Maia, ao Deputado Cláudio Abrantes, ao Deputado Prof. Reginaldo Veras e à Deputada Arlete Sampaio que façam o registro de presença.

Sobre a mesa, Expediente que será lido por mim.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – O Expediente lido vai a publicação.

O Deputado Leandro Grass já registrou presença.

Solicito aos demais Deputados e Deputadas que se dirijam ao plenário, para que possamos registrar a presença e iniciar as votações do dia de hoje.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde. A quem acompanha essa sessão da galeria, aqui, da Câmara Legislativa desejo boa tarde também.

Eu queria, muito rápido, tocar em um ponto que me chocou muito essa semana. Imagino que alguém já tenha citado esse caso gravíssimo de uma criança que foi estuprada. A juíza retirou a criança da família e não permitiu que fosse feito o procedimento de aborto legal.

Esse caso é grave e é uma demonstração de desumanidade imensa por parte dessa juíza. Com a mãe ali, que defendia que o procedimento fosse feito, um procedimento que é autorizado no Brasil desde 1944, porque criança não é mãe! Nós estamos falando do direito mínimo à dignidade dessa criança.

A juíza faz sucessivos apelos para que essa criança espere, e a criança insiste dizendo que não se sente bem naquele contexto. É uma situação absurda. E, quando vemos uma juíza dessa tratando um caso como esse, não só nos chocamos com a desumanidade, mas aquilo acaba, Deputado Prof. Reginaldo Veras, revelando um pouco do Poder Judiciário para nós. A sociedade tem uma extrema confiança no Poder Judiciário, é um poder fundamental, mas são aquelas pessoas que julgam uma série de casos importantes relacionados a todos os conflitos sociais. Isso é grave.

Nós temos um Poder Judiciário elitizado, distante da população, um Poder Judiciário que não conhece concretamente a realidade das pessoas. Isso é muito triste.

Aquela decisão não deveria colocar a esquerda e a direita em lados diferentes. Todo mundo que defende a dignidade das pessoas, que entende a realidade de uma criança – de uma criança de 11 anos –, que respeita os direitos daquela criança, que respeita a condição de mulher, que não relativiza ou diminui a violência sexual ou o estupro devia entender que aquela realidade é inaceitável.

Aquela decisão judicial é inaceitável. A juíza tem usado e usou manobras, inclusive, jurídicas para que aquela criança não ficasse com a família, com a mãe, e pudesse realizar o procedimento já autorizado judicialmente.

Essa situação é inaceitável e eu queria vir à tribuna da Câmara Legislativa hoje para registrar o meu máximo repúdio a essa juíza, aos que foram coniventes no Poder Judiciário daquele estado em relação a esse tema.

E eu quero desejar a minha solidariedade àquela família.

Falo desse tema aqui no Distrito Federal porque isso é um sintoma de uma sociedade adoecida e que coloca, muitas vezes, a disputa ideológica, equivocada, atrasada, conservadora, acima da realidade social e da defesa do direito de uma criança.

Criança não é mãe! E estuprador, especialmente aquele que pratica violência sexual contra criança, o que é um agravante na legislação brasileira, não é pai! Aquela juíza não tinha o direito de fazer aquela pergunta. Aquele questionamento era mais violência contra aquela criança.

Então, Sr. Presidente, fica hoje, na tribuna da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o meu completo repúdio a esse caso.

Eu queria, Sr. Presidente, tratar de outro tema muito rapidamente, que é a fantasia que nós estamos vivendo no Brasil hoje. É uma fantasia interessante, porque eu não sei o que está acontecendo, Deputada Arlete Sampaio, em relação ao cargo da Presidência da República, pois quem nomeia o Presidente da Petrobras – acho que as pessoas podiam me dizer aqui e outros Deputados já falaram sobre esse tema – e a maior parte do Conselho da Petrobras é quem? O Presidente da República deste País, que no caso, hoje, eventualmente – e eu lamento muito que seja –, é o Bolsonaro. Ele nomeia o Presidente da Petrobras.

Se ele quer mudar a política de preço da Petrobras, se ele quer enfrentar os lucros da Petrobras e distribuir para o povo, ele que assuma a sua responsabilidade sentado na cadeira da Presidência da República. Mas o que ele faz, Sr. Presidente, é criar uma cortina de fumaça em torno desse tema.

A gente sabe que não adianta – todo mundo sabe que não adianta – diminuir imposto, porque o problema é a política de preço da Petrobras. Você vai diminuir o ICMS – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações hoje, vai haver um abatimento imediato nos preços da gasolina e do *diesel*, mas amanhã vão aumentar de novo, porque eles são calculados a partir da moeda estrangeira, e não da moeda nacional. Todo mundo sabe disso. Não funciona essa solução para o preço da gasolina. E o preço está aumentando cada vez mais.

Gente, vamos falar a verdade? O Presidente da Petrobras se chama Jair Messias Bolsonaro. Ele é o Presidente da Petrobras, porque nomeia o Presidente da Petrobras, e precisa assumir a responsabilidade com o povo.

Não dá para se sentar na cadeira da Presidência da República e brincar de ser oposição a si mesmo para se fantasiar e atuar como se fosse um presidente antissistema. Ele não é antissistema. Ele foi deputado federal por trinta anos, não aprovou nem dois projetos no Congresso Nacional porque era um deputado federal incompetente, do ponto de vista da articulação política, e agora ele se senta na cadeira da Presidência da República, brinca de não ser presidente e finge que não é presidente.

Quem pode enfrentar esse tema é o Presidente da República. Era fácil apontar o dedo quando era a Dilma Rousseff, era fácil apontar o dedo quando eram outros presidentes, mas agora, de tão covarde, não assume sua responsabilidade como presidente. O Presidente da Petrobras no Brasil se chama Jair Messias Bolsonaro. Ele precisa assumir a sua responsabilidade, porque, se ele quer abaixar o preço da gasolina e do *diesel* para a população – porque isso mexe no bolso da população, inclusive no da população mais pobre –, ele precisa assumir a sua responsabilidade e parar de criar cortina de fumaça sobre essa temática.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço uma saudação especial às nossas e aos nossos colegas nutricionistas da Secretaria de Educação. Corroborando o que o Deputado Leandro Grass falou sobre essa reestruturação das carreiras, digo que está tudo errado quando nos referimos a carreiras do GDF.

Vejam: um nutricionista, Deputado Leandro Grass, da Secretaria de Educação, que é um concursado de nível superior, um graduado, recebe bem menos do que um nutricionista da Secretaria de Saúde. A média inicial do salário de um nutricionista da Secretaria de Saúde hoje é de 6.600 reais. Hoje, porque a partir de julho vai haver um aumento. Vai para 7 mil e pouquinho, Deputada Arlete Sampaio, mas o inicial deles é de 4 mil reais.

Não estão vendo que essa equação não vai bater? Como é que nós temos carreiras do mesmo patrão tão diferentes no que se refere à questão remuneratória?

Eu acho, Deputado Delmasso, que nós devemos parar – a Câmara, o governo, todo mundo – e começar a organizar tudo isso, porque aí, sim, nós teremos servidores prestigiados e mais contentes, porque alguém teve a coragem e um olhar diferenciado para arrumar isso, que foi um erro geral ao longo dos anos. Não estou dizendo que é do Governador Ibaneis. Inclusive, há um vídeo dele em que eu estou atrás e ele até me cita dizendo assim: "Deputado Jorge Vianna, foram vários problemas que fizeram nas carreiras, principalmente a da saúde". Discrepâncias que ele está tentando resolver e que vai demorar a resolver.

Ora, se na saúde vai demorar a resolver, na educação vai demorar mais ainda; mas nós temos que resolver na educação também, não é só na saúde. Eu acho que nós temos que nos debruçar sobre as carreiras. Nós temos a LDO para este ano, que logo está chegando aqui para fazermos as alterações. Vamos já colocar as alterações e os salários equiparados desses profissionais. Vamos equiparar o nível superior e as atividades no GDF. Não é justo nós termos tantas diferenças.

É isso, Sr. Presidente. Obrigado. (Palmas.)

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – O Deputado Agaciel Maia quer fazer uso da palavra. Antes, porém, concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

Mais uma vez faço um apelo aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas para se dirigirem ao plenário para que possamos iniciar as votações de dois projetos importantes, os Projetos de Lei nº 2.722/2022 e nº 2.832/2022.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Eu queria, em primeiro lugar, Sr. Presidente, dar o nosso apoio integral à reivindicação das nutricionistas da Secretaria de Educação e dizer que eu sou de um tempo – como dirigente sindical do Sindicato dos Médicos – em que nós defendíamos salário igual para todo o nível superior. Então, médico, dentista, enfermeiro, psicólogo etc. da Secretaria de Educação, todos ganhavam igual. Isso foi na época em que nós éramos dirigentes do Sindicato dos Médicos. Posteriormente, aconteceu essa divisão extrema. Hoje são inúmeras carreiras que compõem o complexo do GDF, e cada vez mais isso é partilhado.

Muitas vezes, as mudanças existem somente por relações políticas que as categorias têm com o gestor. Então, se aquela categoria vota em mim, eu vou dar aumento para ela; se não vota, eu não vou dar. Isso não é critério republicano. Realmente a gente tem que ter um governo que possa fazer uma reunificação das carreiras, diminuir o número de tabelas existentes hoje no Distrito Federal, que é imenso.

Fica aqui a nossa posição de que é fundamental ter realmente uma revisão geral das carreiras do Distrito Federal e constituir carreiras únicas. Todos os advogados ganham o mesmo salário, todos os engenheiros ganham o mesmo salário. Por que não todos os nutricionistas ganharem o mesmo salário, equiparado pelo maior? Eu penso que essa é a política que nós temos que defender para que possamos ter os trabalhadores do serviço público valorizados, porque isso é fundamental para dar qualidade ao atendimento à população.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Deputado Jorge Vianna, V.Exa. quer falar de novo?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Pode, claro. O Deputado Valdelino Barcelos me chamou, disse que está descendo para dar *quorum*, e o Deputado Cláudio Abrantes está...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Não, mas vai chegar. Calma, é para a gente votar esses dois projetos, que são importantes. Estão aqui os futuros servidores da saúde – estão aqui esperando. O pessoal da Polícia Militar, das forças de segurança, também está esperando aqui para a gente votar.

Enquanto isso, solicito, mais uma vez, aos Deputados e Deputadas que estão nos seus gabinetes... Queria pedir que, no sistema de som dos gabinetes, avisassem aos Deputados que viessem urgentemente ao plenário para poderem votar.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Deputado, demais colegas, todos que estão assistindo a nós, eu quero parabenizar o Governador Ibaneis Rocha porque, na semana passada ou retrasada, se eu não me engano, foi sancionada e publicada a lei que cria as loterias do Distrito Federal. A gente sabe que parte desse lucro – que, com certeza, vai ser bem grande – o governo pode investir em algumas áreas.

Eu fiz uma emenda específica para que parte desse lucro fosse para a Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – FEPECS, e foi acatada. Eu fiquei muito feliz porque nós conseguimos esse aporte, agora, para a fundação de ensino e pesquisa, que é uma fundação que nós temos, a Fepecs, que por muito tempo vive com um recurso muito pequeno.

Para vocês terem uma ideia, o orçamento da Fepecs, hoje, gira em torno de 19 milhões. Não dá para gerir uma fundação de ensino e pesquisa com 19 milhões. Se nós tivéssemos a cultura, no Brasil, de investir na educação, principalmente dos pesquisadores, nós não passaríamos tanta vergonha como nós passamos. Os nossos pesquisadores inclusive são aliciados pelo mundo inteiro. Há um pesquisador bom no Brasil, ele é convidado a ir para outro país desenvolver suas pesquisas, porque aqui não dá. Não dão moral para ele, não dão condições para ele.

Falamos tanto em investimento, falamos tanto que são as nossas prioridades a saúde e a educação, mas, de fato, você não vê e não há propostas e ideias que possam viabilizar essas condições e essas melhorias. Então, essa foi a oportunidade que eu vi de conseguir um dinheirinho – um dinheirinho! – para a fundação de ensino e pesquisa.

Não podemos ter uma fundação de ensino e pesquisa com 19 milhões anuais. Para vocês terem ideia, o orçamento anual da saúde é algo em torno de 7,5 bilhões; o orçamento da educação é algo em torno de 8 bilhões – bilhões! –, mas o orçamento da Fepecs é de 19 milhões. Aí chega a ser até hilário você ter uma fundação de ensino e pesquisa com pouco recurso.

A gente tanto fala aqui em saúde, em educação como prioridades, mas, de fato, não é, pessoal. Não é. Fico muito triste, porque sou professor, sou profissional de saúde e sei realmente do que estamos precisando na base. É por isso que invisto tanto.

Nesses últimos anos, já encaminhei mais de 31 milhões de reais para a saúde – só para a saúde –, inclusive batendo o recorde de toda a história desta Casa: o Deputado que mais encaminhou emendas parlamentares para a saúde.

Eu falo e comprovo que a saúde realmente precisa ser prioridade. Para mim, a saúde é prioridade. E para os demais políticos do Brasil, é prioridade ou é apenas discurso, principalmente em ano eleitoral? Porque dá ibope, meu amigo. Falar de saúde dá ibope. Quer ficar famoso? Você pega um vídeo, vai para o pronto-socorro e começa a dizer: "Olha lá! A criança está passando mal! Cadê os gestores? Cadê o governo?" Isso dá ibope, mas, na prática, colocar dinheiro, investir em coisas que ninguém vê...

Quando eu coloco 31 milhões na saúde, você não vai ver um hospital construído, você não vai ver uma praça construída, um parquinho construído. Você vai ter lá dentro do hospital um medicamento, um furosemida, um diazepam, um propofol, um midazolam, que são medicamentos para deixar as pessoas entubadas.

Na pandemia, o tanto de emenda parlamentar que eu mandei para que remédios fossem comprados... Ajudei gente que não conheço. Quem foi ajudado não sabe que fui eu, mas não importa. O que importa é a minha consciência, a consciência que tive em mandar recurso.

Eu não sou um Deputado que faz praça, eu não sou um Deputado que arruma campo, eu sou um Deputado que coloca remédio na veia do paciente.

Obrigado, Presidente.

Se quiser, falo mais. Passo aqui a tarde toda até chegar todo mundo.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Acho que já chegaram todos.

Vou pedir mais uma vez a recomposição de *quorum,* para que todos os Deputados e Deputadas possam registrar a presença.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria fazer uma menção aos nutricionistas da alimentação escolar, valorizando essa turma do bem que faz esse trabalho bonito no Distrito Federal. Cito aqui a Monique, a Laura, a Sara, o Robert, que falaram comigo e estão liderando esse movimento. Contem com a gente. Parabéns pelo trabalho de vocês! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Solicito que as Sras. e os Srs. Deputados registrem a presença nos terminais para recomposição do *quorum*.

(Procede-se à verificação do *quorum* por meio do painel eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Estão presentes 13 Deputados, havendo, portanto, *quorum* regimental. (Palmas.)

Obrigado, Deputada Jaqueline Silva.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.722/2022, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei n° 6.934, de 5 de agosto de 2021, que 'dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências'".

A proposição não recebeu parecer das comissões. Foram apresentadas sete emendas na CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto e as emendas.

O Deputado Agaciel Maia está ali. Obrigado, Deputado.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao nobre Presidente da CEOF que, antes de relatar a matéria, faça seu registro de presença.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.722/2022, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei n° 6.934, de 5 de agosto de 2021, que 'dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências'".

Nos termos do que estabelece o nosso Regimento Interno, no art. 64, inciso II, alíneas *a* e *b*, compete a esta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças analisar e emitir parecer sobre

adequação ou repercussão orçamentária ou financeira das proposições, bem como o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual, o crédito adicional, as contas públicas, as operações de crédito interna e externa a qualquer título a serem contraídas pelo Governo do Distrito Federal.

Foram apresentadas sete emendas: duas emendas do Deputado Agaciel Maia, uma emenda do Deputado Jorge Vianna, uma emenda do Deputado Rafael Prudente, duas emendas do Deputado Agaciel Maia como Relator, uma emenda do Deputado Jorge Vianna, uma emenda do Deputado Rafael Prudente, três emendas do Deputado Rafael Prudente e mais uma emenda do Deputado Agaciel Maia. (*sic*)

Portanto, no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos de parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 2.722/2022, com as emendas, na forma do Quadro I.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Deputado Agaciel Maia, todas as emendas foram acatadas?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Todas as emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Todas as emendas foram acatadas.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Peço ao Relator que proceda à leitura das emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Acato a questão de ordem de V.Exa.

Solicito ao nobre Relator, Deputado Agaciel Maia, que faça a leitura das emendas, conforme preconiza o Regimento Interno desta Casa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sugiro ao Deputado Agaciel Maia mais uma emenda de relator porque no texto está escrito que o auxílio-saúde é despesa de pessoal, e não é. É preciso mais uma emenda do relator para corrigir essa inconsistência técnica no projeto.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Acato a sugestão de V.Exa. e adiciono como Emenda nº 8, fazendo a correção sugerida pela Deputada Arlete Sampaio, que, mesmo feita verbalmente aqui em plenário, depois vai para a redação final do projeto.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão na pauta de uma emenda substitutiva ao Projeto de Lei nº 1.842/2021.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Acato a solicitação de V.Exa. Depois será inserida na pauta da Ordem do Dia de hoje.

Deputado Agaciel Maia, peço que V.Exa. avise a sua assessoria que a emenda que a Deputada Arlete Sampaio sugeriu deverá ser apresentada em segundo turno.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – A Emenda nº 1 cria Gratificação de Desempenho de Atividade de Gestor em Políticas Públicas e de Gestor Educacional – GPPGE para os integrantes do cargo de Gestor em Políticas Públicas e Gestão Educacional da carreira de Assistência à Educação do Distrito Federal.

Emenda nº 2: criação e provimento de cargos, empregos e funções, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, exceto reposição. Então, a emenda traz Especialistas em

Saúde da carreira de contabilidade: 164. Isso é autorização para realização e nomeação em concurso público de 164 cargos de Especialista em Saúde na carreira de Contabilidade. É a Emenda nº 2.

A Emenda nº 3, de autoria do Deputado Jorge Vianna, adiciona ao Anexo Único da proposição Parte I do Anexo 4 – Despesas de Pessoal Autorizadas a Sofrerem Acréscimos, na Lei 6.934/2021, de 5 de agosto de 2021, a seguinte autorização: Formação e nomeação em concurso público: Técnico em Assistência Social. Quantidade: 329. Edital Normativo nº 1/2018. DODF nº 225, de 27 de novembro de 2018.

Emenda nº 4, de autoria do Deputado Rafael Prudente: cargos da carreira da Polícia Civil, em auxílio-moradia, no valor de R$125.410,00 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e dez reais).

Emenda nº 6, de autoria do Deputado Rafael Prudente, na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, criação da Gratificação para Agentes Comunitários de Saúde. Projeto de lei a ser encaminhado à Câmara Legislativa no valor inicial de R$6.418.944,00 (seis milhões, quatrocentos e dezoito mil, novecentos e quarenta e quatro reais).

Emenda nº 7: reestruturação da carreira e remuneração. Extensão da Gratificação da Atividade de Vigilância Ambiental em Saúde – GAVAS aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS, no valor inicial de R$33.900.000,00 (trinta e três milhões e novecentos mil reais). Reajuste da tabela de vencimentos em razão da aplicação da Emenda Constitucional nº 120, também inerente aos Agentes Comunitários de Saúde – ACS no valor inicial de 18 milhões. Por último, paridade de remuneração entre os Agentes Comunitários de Saúde – ACS e os Agentes de Vigilância Ambiental – AVAS, no valor de R$39.800.000,00 (trinta e nove milhões e oitocentos mil reais). Essa é a Emenda nº 7.

A Emenda nº 8 será apresentada no segundo turno pela Deputada Arlete Sampaio, conforme orientação da Mesa.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 2.722/2022, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental. (Palmas.)

Solicito ao Sr. Secretário a leitura do segundo item extrapauta, o Projeto de Lei nº 2.832/2022. Só para lembrar que esse é o crédito em que estão as emendas dos Deputados.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V.Exa. que votássemos hoje também, aproveitando que há *quorum,* o que é tão raro aqui nesta Casa ultimamente, todas as moções e requerimentos, porque já há sessões, audiências públicas marcadas para o início de agosto. Então, é necessário votar agora. Inclusive, peço já a inclusão do Requerimento nº 3.404/2022, que foi lido hoje, para que também possa ser votado.

Ouviu, Carlos?

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Acato a solicitação de V.Exa. Após a votação do crédito, antes da abertura do segundo turno para votarmos os projetos, vamos votar os requerimentos e as moções em bloco.

Solicito ao Sr. Secretário a leitura do item extrapauta...

DEPUTADO VALDELINO BARCELOS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO VALDELINO BARCELOS (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista que não tive nenhum projeto apreciado neste ano, solicito a inversão de pauta para que sejam votados os itens nºs 216 e 217.

DEPUTADO HERMETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. pode colocar os créditos para semana que vem, pela Liderança do Governo?

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – O crédito das emendas dos Deputados?

DEPUTADO HERMETO – Sim. É porque vai haver uns ajustes, Presidente; vai haver uns remanejamentos ainda. Deixa para a gente colocar na terça-feira. A gente vota na terça, com certeza absoluta. Pode ser, Presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – O pedido é do Líder do Governo, o projeto é do Poder Executivo, então...

DEPUTADO HERMETO – É pedido do próprio governo. Está bom?

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Para mim, está ótimo.

DEPUTADO HERMETO – Fechou, então.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Então, retiro de pauta o item solicitado pela Liderança do Governo, o Projeto de Lei nº 2.832/2022.

Solicito a leitura dos requerimentos para votarmos em bloco. Depois, as moções.

Item nº 221:

Discussão e votação, em bloco, em turno único, dos seguintes itens:

- Requerimento nº 3.388/2022, de autoria do Deputado João Cardoso, que "requer a realização de Audiência Pública para debater sobre a duplicação da DF-128, a realizar-se no dia 19 de agosto de 2022, às 15h, no Auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal";

- Requerimento nº 3.396/2022, de autoria dos Deputados Leandro Grass e Prof. Reginaldo Veras, que "requerem a realização de Audiência Pública, no dia 30 de junho de 2022, às 10h, no Plenário desta Casa de Leis, para tratar dos Problemas da Assistência Social do Distrito Federal e a situação dos equipamentos públicos de assistência";

- Requerimento nº 3.397/2022, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que "requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 23 de junho de 2022 em Comissão Geral, para debater Alterações necessárias na Lei Complementar nº 932, de 03 de outubro de 2017, que 'institui o regime de previdência complementar do Distrito Federal, reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal, previsto no art. 40, §§ 14 a 16, da Constituição Federal, e altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF', com o fim promover sua adequação ao ditames da Emenda Constitucional 109/2019";

- Requerimento nº 3.401/2022, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que "requer a realização de Audiência Pública do Cartão Creche com o objetivo de discutir Os desafios para ampliar a oferta de vagas em creches no DF, a realizar-se no dia 29 de junho de 2022, às 19h, no Auditório";

- Requerimento nº 3.390/2022, de autoria do Deputado Delmasso, que "requer a realização de audiência pública no dia 03 de agosto de 2022, às 19 horas, na SQNW 111, Bloco A do Noroeste,

para debater sobre o Projeto de Lei nº 2.641/2022, que 'denomina Avenida dos Ipês o logradouro público que especifica'";

- Requerimento nº 3.404/2022, extrapauta, de autoria da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, que "requer a realização, no âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, de Audiência Pública com a finalidade debater a respeito da Educação Inclusiva no Distrito Federal".

Passo a Presidência ao Deputado Eduardo Pedrosa, porque há um requerimento de minha autoria.

(Assume a Presidência o Deputado Eduardo Pedrosa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDUARDO PEDROSA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à Assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando os requerimentos; os que votarem "não" estarão rejeitando-os.

Solicito às Sras. e aos Srs. Deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO EDUARDO PEDROSA) – Votação encerrada.

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis.

Estão aprovados os requerimentos.

(Assume a Presidência o Deputado Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Item nº 222:

Discussão e votação, em bloco, em turno único, das Moções nºs:

- Moção nº 1.629/2022, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que "reconhece e apresenta Votos de Louvor aos servidores do Instituto de Previdência do Distrito Federal, Ney Ferraz Junior, Mat. 02749114; Ledamar Sousa Rezende, Mat. 0271254-7; Jefferson Nepomuceno Dutra, Mat. 0276463-6; Raquel Galvão Rodrigues da Silva, Mat. 0261886-9; Sylvia Neves Alves, Mat. 276726-0; Veridiana Barbosa Ribas, Mat. 0271116-8; Aline Rodrigues Costa, Mat. 0277669-3; Rodrigo Uchoa Pontes, mat. 2768305; Paulo Ricardo Andrade, Mat. 0277880-7; pela conquista da Certificação de Qualidade das atividades previdenciárias exercidas no Distrito Federal";

- Moção nº 1.630/2022, de autoria do Deputado Martins Machado, que "manifesta votos de Louvor e homenageia Autoridades Evangélicas pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal";

- Moção nº 1.631/2022, de autoria do Deputado Hermeto, que "parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos aos Blogueiros, pelos relevantes serviços prestados, onde contribuem com mais informação à população do Distrito Federal";

- Moção nº 1.632/2022, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "manifesta votos de louvor aos servidores da Secretaria de Estado de Agricultura pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal";

- Moção nº 1.633/2022, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que "manifesta votos de louvor e honra ao mérito às Mulheres Empoderadas do Distrito Federal, pela consciência de seu papel, lutas e conquistas femininas pelo corpo livre";

- Moção nº 1.634/2022, de autoria do Deputado Hermeto, que "parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos aos colaboradores da rede hospitalar do Grupo Santa Lucia Norte pelos relevantes serviços prestados";

- Moção nº 1.635/2022, de autoria do Deputado Delmasso, que "manifesta votos de louvor e parabeniza o senhor José Roberto Lages Guimarães, técnico da Seleção Brasileira Feminina de

Voleibol, pelo desempenho de ações voltadas ao voleibol do Distrito Federal";

- Moção nº 1.636/2022, de autoria do Deputado Delmasso, que "manifesta votos de louvor e parabeniza a senhora Adriana Brandão Behar, CEO da Confederação Brasileira de Voleibol, pelo desempenho de ações voltadas ao voleibol do Distrito Federal";

- Moção nº 1.637/2022, de autoria do Deputado Delmasso, que "manifesta votos de louvor e parabeniza o senhor Radamés Lattari Filho, Vice-Presidente da Confederação Brasileira de Voleibol, pelo desempenho de ações voltadas ao voleibol do Distrito Federal";

- Moção nº 1.638/2022, de autoria do Deputado Delmasso, que "manifesta votos de louvor e parabeniza o senhor Walter Pitombo Laranjeiras, Presidente da Confederação Brasileira de Voleibol, pelo desempenho de ações voltadas ao voleibol do Distrito Federal";

- Moção nº 1.639/2022, de autoria do Deputado Delmasso, que "manifesta Votos de Louvor ao Senhor David Atar, Embaixador Interino de Israel no Brasil";

- Moção nº 1.640/2022, de autoria do Deputado Delmasso, que "manifesta Votos de Louvor ao Senhor Daniel Zohar Zonshine, Embaixador de Israel no Brasil";

- Moção nº 1.641/2022, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que "manifesta votos de louvor ao Estabelecimento Comercial 'Buteko 101 e aos seus funcionários e colaboradores', pelo relevante trabalho e dedicação à Região Administrativa do Sudoeste - RAXXII";

- Moção nº 1.642/2022, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que "manifesta votos de louvor e honra ao mérito aos Advogados defensores dos Direitos e Garantias individuais da População do Distrito Federal e Entorno";

- Moção nº 1.643/2022, de autoria do Deputado Martins Machado, que "manifesta votos de Louvor e homenageia Autoridades Evangélicas pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal";

- Moção nº 1.644/2022, de autoria do Deputado José Gomes, que "manifesta votos de louvor e parabeniza a Senhora OLINDINA JANSEN PEREIRA, pelas relevantes contribuições realizadas em prol dos trabalhadores terceirizados do Distrito Federal";

- Moção nº 1.645/2022, de autoria do Deputado Hermeto, que "reconhece e apresenta Votos de Louvor ao Policial Militar do BPRV, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação demonstrados em 'ATO DE BRAVURA', quanto em seu momento de folga salvo um bebê que estava engasgado com leite materno, fato ocorrido dia 13/02/2022, na cidade de Samambaia/Sul - DF. Conforme Ocorrência Genesis Nº: 027166-2022";

- Moção nº 1.646/2022, de autoria do Deputado Hermeto, que "manifesta votos de louvor e parabeniza os mencionados Policiais Militares pelos relevantes serviços à segurança Pública prestados à comunidade do Guará - Distrito Federal";

- Moção nº 1.647/2022, de autoria do Deputado Hermeto, que "parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos aos colaboradores da rede hospitalar do Grupo Santa Lúcia Norte pelos relevantes serviços prestados";

- Moção nº 1.648/2022, extrapauta**,** de autoria do Deputado Rafael Prudente, que "manifesta votos de louvor aos servidores do Na Hora e parceiros da Associação dos Servidores e Empregados do Serviço de Atendimento Imediato ao Cidadão Na Hora – AssoseHora, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal";

- Moção nº 1.649/2022, extrapauta, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que "manifesta votos de louvor e honra ao mérito ao Estabelecimento Comercial 'Honoris Bar e seus funcionários e Colaboradores', pelo relevante trabalho e dedicação à Região Administrativa do Sudoeste- RAXXII";

- Moção nº 1.650/2022, extrapauta, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que "manifesta votos de louvor e honra ao mérito aos Advogados defensores dos Direitos e Garantias individuais da População do Distrito Federal e Entorno";

- Moção nº 1.651/2022, extrapauta, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que "manifesta votos de louvor e honra ao mérito ao Estabelecimento Comercial 'Abençoado, aos seus

Colaboradores e Funcionários', pelo relevante trabalho e dedicação à Região Administrativa do Sudoeste – RAXXII";

- Moção nº 1.652/2022, extrapauta, de autoria do Deputado Hermeto, que "parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos a todos os policiais militares homenageados, pelo aniversário do 17º BPM, que prestam relevantes serviços a Cidade de Águas Claras-DF";

- Moção nº 1.653/2022, extrapauta, de autoria do Deputado Hermeto, que "parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos aos colaboradores da rede hospitalar do Grupo Santa Lúcia Norte pelos relevantes serviços prestados";

- Moção nº 1.654/2022, extrapauta, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que "hipoteca votos de louvor e parabeniza por Ato de Bravura o Cabo QPPMC ANDERSON DE SOUSA FREITAS, matrícula 731.782-4, lotado no 21º BPMDF de São Sebastião, por ter salvo um motorista de morrer carbonizado no interior do veículo que pegou fogo e incendiou por completo";

- Moção nº 1.655/2022, extrapauta, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que "hipoteca votos de louvor e parabeniza por Ato de Bravura o Policial Penal WALISSON DOS SANTOS SOUZA, matrícula nº 197.775-X, lotado no Centro Integrado de Monitoração Eletrônico - CIME, por ter salvo um bebê de três meses que engasgou com leite materno, na cidade da Estrutural";

- Moção nº 1.656/2022, extrapauta, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que "hipoteca votos de louvor e parabeniza por Ato de Bravura o Cabo QPPMC ANDERSON DE SOUSA FREITAS, matrícula 731.782-4, lotado no 21º BPMDF de São Sebastião, por ter salvo um motorista de morrer carbonizado no interior do veículo que pegou fogo e incendiou por completo, estando de folga de suas atividades militares";

- Moção nº 1.657/2022, extrapauta, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que "parabeniza e manifesta Votos de Louvor, aos servidores e funcionários do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, em alusão aos 62 anos do DER-DF";

- Moção nº 1.658/2022, extrapauta, de autoria do Deputado Hermeto, que "parabeniza e manifesta votos de louvor aos Advogados que prestaram serviços relevantes de advocacia para com os cidadãos de Águas Claras";

- Moção nº 1.659/2022, extrapauta, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "manifesta votos de louvor aos servidores do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde (IGESDF) pelos serviços prestados à população do Distrito Federal";

- Moção nº 1.660/2022, extrapauta, de autoria do Deputado Martins Machado, que "manifesta votos de Louvor e homenageia Autoridades Evangélicas pelos excelentes serviços prestados à população do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções estão aprovadas com a presença de 13 Deputados.

Nada mais havendo a tratar e em atendimento ao Requerimento nº 3.096/2022, a Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando as Sras. e os Srs. Deputados para sessão extraordinária hoje, com início imediato após esta sessão ordinária, para apreciação dos seguintes projetos:

- Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 2.722/2022;

- Demais projetos constantes na pauta atual.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h20min.)

Documento assinado eletronicamente por **ANDRE MIRANDA SA SILVA BARROS - Matr. 16811**, **Consultor(a) Técnico - Legislativo**, em 23/06/2022, às 18:51, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES Matr - 13516**, **Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 23/06/2022, às 19:06, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.

Documento assinado eletronicamente por **TATIANA DE AMORIM PACHECO - Matr. 16872**, **Consultor(a) Técnico - Legislativo**, em 23/06/2022, às 19:07, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente n° 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 Código Verificador: **0832829** Código CRC: **5EC74646**.